

NA REPÚBLICA QUE NÃO FOI, SE MUDOU DE ROUPA SEM TROCAR DE PELE.

Ariosvalber de Souza Oliveira

Mestrando em História – UFCG – turma 2011¹

ariosvalber@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho analisa as representações da proclamação e início da República no romance², *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis. O livro “*Esaú e Jacó*” foi o penúltimo romance de Machado de Assis, inserido na sua fase realista, foi publicado em 1904. É narrado na terceira pessoa, só que essa narração onde o “ele” da narrativa é também o “eu” do narrador, o conselheiro Aires. Um exemplo dessa forma de narração: “Se Aires obedecesse ao gosta, e eu a ele, nem ele continuaria a andar, nem eu começaria este capítulo”. (ASSIS, 1999, p. 77). Essa narrativa acaba gerando uma nova dimensão de foco narrativo, ficando entre a primeira pessoa e a terceira pessoa. O romance é dividido em vários capítulos curtos e sempre com um título. O enredo está centrado na história dos gêmeos Pedro e Paulo, irreconciliáveis, idênticos até mesmo na oposição ferrenha de um para o outro. A discórdia entre os dois começa quando ainda estão no ventre da mãe e se estende pelo resto de suas vidas. Na política continuam as animosidades, Paulo é republicano e Pedro monarquista. Toda essa trama é ambientada na Corte do Rio de Janeiro, em um período de transformações políticas e sociais da história do Brasil, período de passagem do Império para a República. Outro ponto a ser destacada no romance é o título que nos remete a Bíblia, que é utilizado por Machado, na figura de Pedro (Esaú) e Paulo (Jacó). Na Bíblia, Esaú e Jacó são filhos de Isaac e Rebeca. Como Rebeca era estéril, Isaac ora a Deus para que lhe dê um filho. Quando

¹ Orientador: Gervácio Batista Aranha.

² Ao utilizamos da literatura ficcional como fonte, trabalhamos enquanto representação na perspectiva de Roger Chartier (2001) que demonstra que o estudo do passado não se impõe enquanto transcrição da realidade transcorrida, mas pode ser lida na sua complexidade simbólica através dos indícios deixados pelas representações. De maneira que esses pressupostos teóricos se tornam de grande valia para se trabalhar a literatura enquanto fonte documental, pois se a cultura se expressa nas representações que os homens fizeram de si e do mundo em que viviam, à narrativa literária são representações de uma época, portanto, possibilita pesquisar como as pessoas imaginavam o mundo em que viviam, quais sentidos conferiam as suas ações, quais valores regiam suas atitudes.

Rebeca concebe, sente os filhos brigando no ventre, perguntando a Deus, qual o motivo da briga, Deus responde que há duas nações no teu ventre, dois povos. Isso pode dar uma ideia de que Pedro (Esaú) e Paulo (Jacó) representam as duas nações e que seria o próprio Brasil, dividido na época entre monarquistas e a republicanos, do qual seriam filhos de uma mesma sociedade, pois não existiam diferenças concretas entre a Monarquia e República.

É possível mudar de roupa, sem mudar de pele.

A segunda parte do romance é ambientada no período de proclamação da República e o início do sistema político republicano no Brasil. As passagens dessa parte do romance são interessantes. Algumas imagens merecem destaque, como a questão do processo de proclamação da República, suas repercussões, sobre o alheamento de grande parte da população, e também sobre o encilhamento entre outras passagens. Cabe notarmos, que se tratava da primeira grande mudança política no Brasil, após a independência. No processo de passagem do Império para a República, era de imaginar uma grande participação popular, só que na experiência brasileira se deu à revelia da maioria da população brasileira. Esta contradição é representada nas imagens do romance *“Esaú e Jacó”*, mais especificamente nos capítulos LX “Manhã” de 15, LXI “Lendo Xenofonte”, onde Conselheiro Aires observa o desenrolar dos acontecimentos do dia 15 de novembro, conforme segue:

Era costume de Aires sair cedo, a espairecer. Nem sempre acertava. Desta vez foi ao passeio Público (...) Ouviu umas palavras soltas, Deodoro, batalhões, campo, ministério etc. Algumas, ditas em tom alto, vinham acaso para ele, a ver se lhe espertavam a curiosidade (...) Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arpejavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha das pessoas, e notícias desencontradas (...) - O que é que é não, certo José? É mais que certo.

-Que mataram três ministros?

- Não há um só ferido.

Não acreditou na mudança de regime que ouvira ao cocheiro de tálburi e ao criado José. Reduziu tudo a um movimento que ia acabar com a simples mudança de pessoal (ASSIS, 1999, p 110- 111-112.).

Essas imagens podem demonstrar o quanto o processo da implantação da República foi realizado por um pequeno e restrito grupo de militares e que não houve

grandes mudanças concretas. Se observarmos como foram os momentos finais do Império, verificaremos que essas imagens estão em consonâncias com alguns fatos históricos. A proclamação se deu de forma restrita e também foi marcado por muitos desencontros e fatos dos acasos. A Começar pelo fato de que Deodoro da Fonseca foi por muito tempo um monarquista conservador, que depois, ao se sentir desprivilegiado se convenceu a aderir aos republicanos. No dizer de Ana Luiza Martins, (2001, p 96) “Deodoro não era republicano, alinhava-se entre os conservadores, mas estava suscetibilizado pelo alijamento de sua corporação”. No cerco empreendido pelos militares republicanos ao quartel militar no Rio de Janeiro, era de se esperar confrontos muitos mortos, mas o que ocorreu foi apenas um ferido, o “Barão de Landária (...). Foi à única pessoa ferida no cerco ao quartel” (MARTINS, 2001, p 102). E sobre as informações sobre a proclamação do, 15 de novembro de 1889, empreendido pelos republicanos, as notícias chegavam de formas desencontradas, isso demonstra o teor de desorganização e da falta da participação popular. A imagem do romance, observada a partir da última citação do romance, lembra a observação feita pela historiadora Ana Martins.

Na falta de maiores informações sobre o que aconteceu no interior do quartel, forjo-se mais tarde um imaginário de que, naquele momento, Deodoro teria não se sabe com que palavras exatamente, proclamadas a República no Brasil (...) O desenlace do episódio se dera entre nove e nove e meia da manhã. Ainda atônitos, os republicanos temem um contra-ataque e decidem formalizar a Proclamação da República (MARTINS, 2001, p 102).

Nesse mesmo contexto no processo de proclamação da República no Brasil. Os capítulos LXII “Pare no D”, LXIII “Tabuleta Nova” narram o drama de Custódio, dono de uma confeitaria que se vê em apuros, após a Proclamação da República. Custódio manda pintar uma nova tabuleta para o seu estabelecimento comercial ³, chamada *confeitaria do Império*, já que a anterior estava velha de difícil leitura, quando veio o dia 15 de Novembro. Ele já pagara pela encomenda, mas no momento estava mudando o regime político para a República, com receios de possíveis agressões a sua loja, a primeira providência foi mandar um bilhete urgente ao fabricante de tabuletas,

³ Sobre a alegoria do uso do drama de Custódio e a tabuleta de sua confeitaria em meio às mudanças de regime político, ver belíssima leitura do John Gledson (1986) que chama atenção para o fato do termo confeitaria se ligar ao significado de enfeite, certa ironia a passagem da Monarquia à República. Gledson elaborou a melhor leitura do texto no que se refere as suas ressonâncias históricas.

recomendando que “parar no D”. Queria tempo para pensar em outro nome, para substituir o termo “Império”. Foi pedir conselho para o seu amigo o Conselheiro Aires:

Custódio confessou tudo (...) Mas o que é que há? - A República está proclamada? Já há governo? Penso que já (...) A tabuleta já está pronta, o nome todo pintado - confeitaria do Império (...) Mas pode pôr “Confeitaria da República - lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro (...) Aires propor-lhe um meio termo, um título que iria com ambas as hipóteses, ‘confeitaria do governo’(...) Sabe que nenhum governo deixa de ter oposição (...) As oposições, quando desceram à rua, podem implicar comigo, imaginar que as desafio, e quebrarem-me a tabuleta; entretanto, o que eu procuro é o respeito e todos. (ASSIS, 1999, p114 -115).

O drama de Custódio se arrasta e o conselheiro propõe que podia se escrever embaixo de “Confeitaria do Império”, em letras menores, as palavras; “das leis”. Sim, uma boa ideia, mas tinha um pequeno empecilho, estando em letras menores “das leis”, poderia passar despercebido. Os dois entraram em acordo noutra resolução mais singela: “Confeitaria do Catete”, uma vez que o ponto comercial de Custódio ficava nessa rua. Mas, existiam outras confeitarias na rua, então surge à proposta de “Confeitaria do Custódio”, de modo que o uso da palavra Custódio seria mais prudente do que Império. Sobre este íterim, conclui o conselheiro Aires, “mas as revoluções trazem sempre despesas. - Sim vou pensar excelentíssimo” (ASSIS, 1999, p. 116). Esta imagem carrega acidez e ironia, onde o fim do Império e o início da República são transcorridos de forma alusiva no drama de Custódio, onde a sarcástica conclusão é que as mudanças políticas trazem despesas, mas dificilmente mudanças concretas no que tange as estruturas da sociedade brasileira do século XIX. Após a proclamação da República e suas repercussões, se percebeu que não houveram grandes mudanças sociais na sociedade brasileira. A democracia institucionalizada pela República marginalizava boa parte da população, pois como é sabido, restringia as mulheres e quem não fosse alfabetizado, sendo que a maioria da população não tinha acesso à educação. Como ficou evidenciado por Carvalho, que diz:

(...) A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo fornecer instrução primária (...). Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforço de democratização (CARVALHO, 1987, p 45).

O capítulo LXIV, “PAZ”, narra às repercussões do 15 de novembro de 1889. Em uma imagem bastante capciosa diz: *“Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele”* (ASSIS, 1999, p 117). Mudou-se a roupa (império, para República), mas a pele continuava a mesma, as estruturas de desigualdades, os mecanismos de privilégio por parte da elite continuariam os mesmos. Continuando a leitura das imagens do capítulo: “Paz”, onde demonstra as repercussões da República, observamos que:

Santos receava os fuzilamentos; por exemplo, se fuzilassem o imperador, e com ele as pessoas de sociedade? Recordou Terror (...) Aires tirou-lhe o terror da cabeça. As ocasiões fazem as revoluções, disse ele, sem intenção de rimar, mas gostou que rimasse, para dar forma fixa à idéia. Depois, lembrou a índole branda do povo. O povo mudaria de governo, sem tocar nas pessoas (...) Aos demais, a rua estava quieta. Via gente à porta das lojas. No largo do Machado viu outra que ria alguma calada, havia espanto, mas não havia propriamente susto. (ASSIS, 1999, p 117-118).

É de se notar que esse trecho representa o alheamento e, por conseguinte ao falta de participação popular no processo da implantação da República ou como diz o Conselheiro Aires: “O Povo mudaria de governo, sem tocar nas pessoas (ASSIS, 1999, p 117). Destaca-se que a proclamação da República foi restrita a um pequeno grupo de militares, com auxílio de uns poucos civis, em suma, “o resumo é perfeito; governar o país por cima” (CARVALHO, 1987, p.33:). Essa falta de participação evidenciada nas imagens extraídas do capítulo “PAZ”, é interessante quando confrontadas com imagens de um jornal da época, o Diário de Notícias, que noticia:

(...) Folha do advogado e político Rui Barbosa, em editorial rebuscado. Informando apenas que: (...) O exército e armada reivindicando direitos em cujas conculcação se comprazia o governo imperial, depuseram ontem o gabinete com assenso geral da população desta cidade (...) O Brasil acaba de passar por uma transformação política radical e, entretanto, tudo continua como estava, serenamente, sem haver a mínima perturbação da ordem pública (MARTINS, 2001, p 26 -27).

A citação acima entra em consonância a essas imagens, que o republicano da época Aristides Lobo definiu que o “povo assistiu bestializado” o 15 de novembro, o republicano esperava da população uma participação nos moldes dos jacobinos franceses. De modo que discordamos da ideia de bestialização por parte da população, subsidiado nos estudos de José Murilo de Carvalho, que indica que essa grande parte da população tinha símbolos de organização que corriam ao lado da ordem

institucionalizada pela República, portanto, não podem ser considerados bestializados, diz Carvalho que:

A política oficial passava no Rio muito longe das preocupações da massa do povo. Por outro lado, para o êxito da empresa era necessário ter algum apoio popular, seja para legitimar o golpe, seja para criar condições psicológicas a fim de convencer os indecisos no meio da própria elite civil ou militar. O modelo de tal ação fora o próprio 15 de Novembro, quando se atribuiu aos líderes civis republicanos a tarefa de mobilizar o povo enquanto os militares providenciaram a derrubada do governo (CARVALHO, 1987, p 127).

Aqui se percebe o contexto sobre o dia seguinte após a proclamação da República. Que na seqüência os capítulos LXV “Entre Filhos” e o capítulo LXVI “O Basto e Espadilha” e o capítulo LXVII “A Noite Inteira”, sobre as repercussões após o 15 de novembro. Narra que:

Natividade estava inquieta, sem notícia exata e definitiva dos acontecimentos. Não sabia da República (...) Santos opinou que não tivesse medo. Não havia nada; tudo parecia estar como no dia anterior, as ruas sossegadas, as caras mudas. Não correria sangue, o comércio ia continuar... Pedro imaginava que tudo podia ficar como dantes, alterado apenas o pessoal do governo (...) Ninguém sabia se a vitória do movimento era um bem, se um mal, apenas sabiam que era um fato (ASSIS, 1999, p 118-119-120).

Essas imagens reforçam toda uma gama de informações, sobre com se entedia a República, há falta de informações, muitas das vezes desconhecidas, gerando uma sensação de que não houve mudanças substanciais. O capítulo LXVII “A Noite Inteira”, narra a ida de Paulo à casa do Marechal Deodoro. Eufórico, pois era um adepto da República, e resolve ficar de vigiar a casa do Marechal. Narra que:

Passaram algum tempo diante da casa de Deodoro (...) Propôs cantarem a Marselhesa (...) Paulo cantarolasse entre os dentes, baixinho, para si (...) Como diabo é que eles fizeram isto, sem que ninguém desse pela coisa? (...) Podia ser mais turbulento (...) Deodoro é uma bela figura. Dizem que a entrada do marechal no quartel, e a saída, puxando os batalhões, foram esplêndidas. Talvez fáceis demais; é que o regime estava podre caiu por si (ASSIS, 1999, p 121-122).

Os republicanos no Brasil dividiam-se entre si em viés ideológicos diferentes, havia os jacobinos que se inspiravam nos moldes da revolução francesa e havia também os positivistas adeptos das idéias da filosofia de Comte, entre outros. Esquecendo muitas das vezes, das diferenças culturais e históricas dessas teorias, com as especificidades da cultura brasileira. O personagem Paulo provavelmente representava ala dos republicanos jacobinos, onde um dos seus principais representantes era Silva Jardim. Como Martins indica:

Havia os jacobinos – conforme foram denominados os membros radicais da Revolução Francesa, voltadas para a população mais pobre -, como o advogado Silva Jardim e o jornalista Lopes Trovão. Havia os positivistas - que inspirados na corrente positivista. Grosso modo, estes grupos resumiam – se a apenas dois, isto é, jacobinos e positivista, que preconizavam uma ditadura militar centralizada, e os republicanos históricos, que lutavam pela proposta federalista, dotando as províncias de autonomias e poder, permitindo às oligarquias controlar o voto popular nas regiões onde dominavam. (MARTINS, 2001, p 21).

Os Jacobinos com sua expectativa fantasiosa de que ocorreria uma tomada da Bastilha à brasileira. É diante desta constatação que se verifica, nesse período que muitos republicanos cantavam a Marselhesa pelas ruas, como fez o personagem Paulo. Essa imagem lembra que também nas expectativas de ver a proclamação da República acontecendo, aos moldes da revolução francesa, “os republicanos da propaganda não tinham hino próprio. Seu hino era a Marselhesa, cantada em todas as manifestações” (CARVALHO, 2004, p.122). No início da República, sob o comando de Deodoro, o ministro da Fazenda Rui Barbosa, elaborou um plano econômico desastroso, que ganhou nome de “Encilhamento”. O ministro Rui Barbosa, elaborou um plano econômico destinado a aumentar a produção industrial. As medidas visavam aumentar também favorecer os fazendeiros que precisavam de dinheiro para pagar os trabalhadores assalariados. Pelo plano, alguns bancos foram autorizados a emitir dinheiro, emprestá-lo a indústria e aos grandes fazendeiros no propósito de facilitar a industrialização, Rui Barbosa também incentivou a criação de sociedades anônimas, cujas ações deveriam ser vendidas livremente a quem dispusesse de algum capital. Resultado: as emissões de dinheiro em grandes quantidades fugiram totalmente do controle do governo e em pouco tempo o excesso de dinheiro provocou inflação. Na bolsa algumas ações de empresas eram vendidas, empresas essas que só existiam, muitas vezes, só no papel. Como José Murilo de Carvalho indica:

Pelo o lado econômico e financeiro, os tempos também foram de grandes agitações. Novamente a origem de tudo remontava a abolição da escravidão (...) Basta lembrar que, devido à necessidade de aplacar os cafeicultores, especialmente do estado do Rio e atender uma demanda real de moeda para pagamento de salários, o governo imperial começou a emitir dinheiro, no que foi seguido com entusiasmo pelo o governo provisório (...) Simpatias para o novo regime (...) Emitir a vários bancos, a Praça do Rio de Janeiro foi inundado de dinheiro, sem nenhum lastro, seguindo-se a conhecida febre especulativa. (CARVALHO, 1987, p 19).

A esse movimento deu-se o nome de ‘encilhamento’, uma analogia a euforia que se fazia durante as vendas das ações, realizadas na Rua do Ouvidor e ao fechamento das

apostas do jôquei clube Rio de Janeiro. As apostas eram realizadas na mesma hora e local onde se preparavam o cavalo (encilhamento). Esse episódio da história do Brasil, também é retratado no romance *Esau e Jacó*, no capítulo LXXIII “Um Eldorado”, onde dá para perceber que o título do capítulo já carrega tintas da ironia fina de Machado, pois eldorado remete a um paraíso onde a riqueza é transbordante, o narrado diz:

A capital oferecia ainda aos recém - chegados um espetáculo magnífico (...). Letras grandes enchiam as folhas públicas, os títulos sucediam-se, sem que se repetissem, raro morria, e só morria o que era frouxo, mas a princípio nada era frouxo. Cada ação trazia a vida intensa e liberal, alguma vez imortal, que se multiplicava daquela outra vida com que alma acolhe as religiões novas. Nasciam às ações a preço altas, mais numerosas que antigas crias da escravidão, e com dividendos infinitos. Pessoas do tempo, querendo exagerar a riqueza, dizem que o dinheiro brotava do chão, mas não é verdade (...) O que parece ser verdade é que as nossas carruagens brotavam do chão. (ASSIS, 1999, p 130-131).

O título do capítulo remete a um paraíso cheio de riquezas, um eldorado. Cabe destacar as seguintes imagens: *peessoas do tempo, querendo exagerar (...) Dinheiro brotava do chão(...) Não é verdade (...) Parece ser verdade é que as nossas carruagens brotavam do chão*. (ASSIS, 1999, p 130-131), Essas imagens representando oencilhamento é o ápice da ironia machadiana. Percebe-se que o nome dado a tal política, que o governo republicano transformou a política econômica do país, num jogo de azar, onde os mais espertos eram aqueles que conseguissem burlar o estado e conseguir dinheiro público em benefícios próprios. Sevcenko (2003) denomina o Rio de Janeiro desse período como, *capital do arrivismo*. Para Carvalho, (1987, p 26) “a República é riqueza, poderíamos dizer que se deu a vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante”.

A República que não foi

No final do romance, Pedro (Esau) e Paulo (Jacó), seguem a vida política, cada um de um lado, o narrador do livro o conselheiro Aires, fazendo algumas reflexões sobre suas posturas políticas: “a boa moral pede que ponhamos a coisa pública acima das pessoas, mas os moços nisto se parecem com os velhos e varões de outra idade, que muita vez pensam mais em si que em todos” (ASSIS, 1999, p 147). Tanto Pedro (monarquista) e Paulo (republicano), carregam uma das características, mas marcante da vida política do século XIX e que até hoje de certa forma perdura na nossa vida pública. São os interesses privados que se sobrepõem aos públicos, e nesta questão monarquistas

e republicanos não se diferenciavam, eram literalmente gêmeos, pois os seus projetos políticos estavam a serviços dos interesses da elite, em detrimento de um projeto realmente de interesse coletivo - público de nação. Também no término do romance, morre Flora, o grande amor de Pedro e Paulo, logo após, a mãe Natividade, os dois seguem a carreira política, agora em regime republicano, cada qual fazendo sua própria conclusão:

Paulo entrou a fazer oposição ao governo, ao passo que Pedro moderava o tom e o sentido, e acabava aceitando o regime republicano, objeto de tantas desavenças. A aceitação por parte deste não foi rápida nem total; era, porém, bastante para sentir que não havia entre ele e ao novo governo um abismo. Naturalmente o tempo e a reflexão consumaram este efeito no espírito de Pedro (...) A oposição de Paulo não era ao princípio, mas à execução. Não é esta a República dos meus sonhos. (ASSIS, 1999, p 184).

Essa citação chama a atenção, para o fato de Pedro, monarquista ferrenho na sua juventude e inimigo dos republicanos, após o 15 de Novembro, fica satisfeito, pois notou que não houve mudanças substantivas na sociedade. Cabe notar que muitos monarquistas aderiram à República sem muitas dificuldades. Lembrar que o neo-republicano Barão de Jaguará, último presidente da província de São Paulo, justificava: “Podemos ser tão bons conservadores na República como fomos na Monarquia (MARTINS, 2001, p 28). Por outro lado, Paulo republicano de carteirinha, fica insatisfeito com a República e se torna opositor do regime político. Isso se deve pelo fato de que Paulo notou que não houveram mudanças concretas. O que está de forma sintomática semelhante a outros republicanos históricos, como foram os casos de Raul Pompéia, e Euclides da Cunha que foram grandes críticos da República implantada no Brasil. O processo da implantação da República segundo o historiador Marcos Antonio Villa foi de fato:

(...) pode ser entendida como um momento da história nacional em que as elites alcançaram um acordo que conservavam seus privilégios econômicos, sociais e políticos. Ao final, se a nova situação política significasse a exclusão de consideráveis frações da classe dominante, o regime republicano encontraria a oposição ativa por parte daqueles prejudicados pela a nova situação política. (VILLAR, Apud, MARTINS, 2001, p. 18).

A impressão da leitura machadiana, para além da constatação das diferenças e os inerentes conflitos humanos, é a de que no Brasil, na passagem da Monarquia para a República, as diferenças se estabeleceram na mudança do sistema político, mas também na mudança tabuleta de Custódio e da roupa, sem, contudo, trocar de pele. Exercitando

um pouco da imaginação, e se o Bruxo do Cosme Velho pode-se elaborar um romance tendo como pano de fundo a conjuntura política atual do Brasil, quais imagens utilizaria para ironizar PT, PSDB, PMDB, DEM, enfim, imaginemos.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. 12º ed. São Paulo: Ática. 1999.

CARVALHO, José. Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3º ed. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre, Artmed, 2001.

_____. **A História Cultural**: entre praticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988.

GLEDSON, John. **Machado de Assis**: Ficção e História. São Paulo. Paz e Terra. 1986.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão**: tensões sociais e produção cultural na primeira República. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.